

2/00

GEOPOLÍTICA DO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*Shiguenoli Miyamoto**

Deptº de Ciência Política do IFCH/UNICAMP

No âmbito estritamente doméstico os objetivos geopolíticos do Brasil estiveram sempre voltados para o tema da integração nacional, envolvendo, portanto, as melhores formas de ocupação do território, abordando-se itens como a mudança da Capital Federal, a proteção das fronteiras terrestres, os meios de comunicação viários e a própria divisão territorial¹.

Na avaliação dos geopolíticos brasileiros há três grandes áreas de projeção da influência do país no plano regional: a tradicional Bacia do Prata, o Atlântico Sul e a região amazônica. Cada uma dessas

* Livre-Docente em Relações Internacionais e Política Comparada. Professor Associado do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E mail – shiguenoli@globo.com

¹ Já abordei esses assuntos em diversas oportunidades, motivo pelo qual evito continuar aqui esta discussão, mencionando-os apenas rapidamente. Para quem estiver interessado nessas questões consultar meu texto *Geopolítica e poder no Brasil*.

têm exercido atração maior ou menor conforme o desenrolar da história sul-americana.

Neste pequeno texto vamos comparar as preocupações brasileiras concernentes aos aspectos geopolíticos em dois grandes momentos: a) desde quando começam os estudos até o período militar; e b) os anos mais recentes, que vão da Nova República com a redemocratização do país, aos dias atuais.

AS PROPOSTAS, AMBIÇÕES...

Em um período tão longo e abrangente que vai dos primórdios da geopolítica brasileira – entendida esta como disciplina apenas a partir da primeira década do século passado até os anos 70 - , constatamos a existência de um espectro muito amplo e variado de autores e de temas. Isto ocorreu não só no Brasil, mas em todo o mundo, e faz parte do papel que cada país desempenha ou ambiciona fazê-lo no cenário internacional.

Apesar da extensão do período, alguns autores jogaram papel de realce para que a geopolítica bem ou mal se tornasse conhecida , e se convertesse em fértil campo de debates. Desses pensadores não poderíamos deixar de registrar a presença de Everardo Backheuser, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Álvaro Teixeira Soares e Therezinha de Castro. Curiosamente os dois primeiros foram contemporâneos das décadas de 1920 e 1930, embora ainda produzissem textos nos anos 40 e 50; os outros passaram a ocupar espaço importante a partir da década de 50, tornando-se muito conhecidos nos anos 60 e 70, sobretudo quando o país era governado pelos militares.

Desses autores, três eram militares (Travassos, Golbery e Meira Mattos), um diplomata (Teixeira Soares) e dois professores/geógrafos (Therezinha de Castro e Backeuser). Ou seja, em grande parte, a geopolítica brasileira foi pensada sob o ângulo militar, já que essa era motivo de atenção maior por profissionais ligados/ou das instâncias castrenses. Vem daí as críticas que se verificaram no continente sul-americano nos anos 60 e 70, que viam estreita conexão entre as propostas desses autores e as políticas públicas implementadas pelos governos militares, rumo a um projeto geopolítico de projeção, de hegemonia, de subimperialismo ou imperialismo regional.

A variedade de assuntos abordados também é surpreendente. Desde a Amazônia à Bacia do Prata, da divisão territorial aos corredores de exportação e abastecimento, da integração à mudança da Capital Federal, das fronteiras às questões demográfica e energética, nada escapou ao crivo desses seis pensadores de primeira grandeza da geopolítica brasileira.

No período considerado o que houve, sobretudo, foram projetos para integrar o país, face ao tamanho do seu território continental em grande parte desocupado, visando articulá-lo de Norte ao Sul, de Leste a Oeste, tornando-o um bloco monolítico. Atingindo esta meta, o país estaria apto a converter-se em potência no contexto regional, quem sabe até na esfera mais ampla das relações internacionais.

São propostas deste porte que se encontram, por exemplo nas obras de Mário Travassos (1931) e Carlos de Meira Mattos (1961)². Enquanto o primeiro tratava da projeção do país no plano sul-

² Cf. Travassos – *Projeção continental do Brasil*. A primeira edição do livro de Travassos é de 1931 e se chamava *Aspectos geográficos sul-americanos*, posteriormente alterado para o título considerado neste texto; Meira Mattos – *Projeção mundial do Brasil*.

americano, Meira Mattos pedia licença, trinta anos depois, para pensar o Brasil como Potência Mundial. Nesta última direção caminhariam outras obras de sua lavra, produzidas nos anos 70, quando o país experimentou apreciável salto quantitativo em seus indicadores econômicos.

Travassos considerava necessário, para que tal intento fosse alcançado, a firme articulação do triângulo Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra-Sucre considerado, à moda de Halford Mackinder, o *heartland* latino-americano. Para Travassos existiam dois grandes antagonismos no continente: de um lado Atlântico versus Pacífico e, de outro, Prata versus Amazonas. A preocupação maior do autor era com a influência argentina na região, motivo pelo qual a conquista do “coração do continente sulamericano” neutralizaria a projeção do governo de Buenos Aires no continente, favorecendo, conseqüentemente o Brasil.

Por sua vez, Meira Mattos na década de 70 utilizava uma série de elementos para avaliar o poder nacional tomando emprestada fórmula criada por Ray Cline, acrescentando o indicador “P”. O poder brasileiro seria então medido pela seguinte equação:

$$Pp = (C + E + M) \times (S + W + P), \text{ onde}$$

Pp = poder perceptível

C = massa crítica (população + território)

E = capacidade econômica

M = capacidade militar

S = concepção estratégica

W = vontade de realizar a estratégia nacional

P = poder de persuadir³

³ Cf. Meira Mattos – *A geopolítica e as projeções do poder*, p. 131.

Apresentando todas essas variáveis em grande escala, o país poderia ser considerado, então, uma grande potência.

Para os outros autores, anteriormente mencionados, tratava-se de pensar não só o Brasil dentro da Comunidade Ocidental cristã, como faziam-se propostas concretas para articular o território nacional da melhor maneira possível. Segundo Golbery haveria necessidade de cumprir três etapas para conseguir os objetivos pretendidos:

- 1ª - “articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passado que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração”;
- 2ª - “impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central” – a atual região nuclear do país -, “de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro”; e
- 3ª - “inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída do Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E.-O., segundo o eixo do grande rio”⁴.

Como veremos no item seguinte, apesar das denúncias, nenhum governo seguiu as diretrizes estabelecidas por Golbery em seu conhecido livro.

Já Teixeira Soares, como ex-chefe da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores, entendia a geopolítica como construtora de fronteiras. Para ele “a respeito dos nossos limites atuais, procuramos sempre, histórica e geopoliticamente estudar a fronteira

⁴ Cf. Couto e Silva – *Conjuntura política nacional, o Poder Executivo & geopolítica do Brasil*, p. 92.

como movimento dirigido, como cristalização de uma política e , por conseguinte, como planejamento geopolítico. Será a fronteira que tem vida, a fronteira que empolga a consciência nacional”⁵ Esta concepção de fronteira dinâmica iria causar desconfiânças enormes nos países vizinhos, quando o Brasil adensava seu território junto às fronteiras com a Argentina , com o Paraguai, com o Uruguai, ou com a Bolívia, seja através da ida dos brasiguaios, seja pela construção de Itaipu, ou pelo aumento populacional junto às províncias de Corrientes e Misiones.

Enquanto isto Bacheuser falava, desde os anos 20, na necessidade de importar europeus para miscigenar com a população nacional procurando constituir uma nova categoria de pessoas sadias, e fazia propostas para redividir o território nacional através do conceito de equipotência. No que consistia este princípio? Para Backeuser uma nova divisão territorial deveria ser realizada fazendo com que os Estados se tornassem equipotentes tanto no presente quanto no futuro. Equipotência se referia à eficiência política e não apenas equivalência em área territorial. No caso brasileiro, Backheuser estabelecia como número ideal 64 unidades que reagrupadas dariam origem ao novo mapa do Brasil contemplando 16 estados e 6 territórios. De acordo com esses critérios seriam eliminadas as influências regionalistas, equilibrando-se política e economicamente todos os novos estados.⁶

Therezinha de Castro também com ousadia defendia a repartição do território antártico, através da teoria da defrontação, que enfurecia os argentinos liderados pelo general Juan Enrique Guglielmelli e então diretor da revista *Estratégia*. Para Therezinha de Castro, a divisão da Antártica, zona em disputa, deveria ser feita seguindo-se os meri-

⁵ Cf. Teixeira Soares – *História da formação das fronteiras do Brasil*, p. 353

⁶ Cf. Backheuser – *A estrutura política do Brasil. Notas prévias*, p. 79, passim.

dianos que passam pelos limites máximos dos países com costas voltadas para o continente antártico, culminando no Polo Sul. Esta parte do mundo deveria constituir-se, no futuro, em pedra angular do destino brasileiro, inclusive por sua posição estratégica como base de alerta, interceptação e partida em qualquer emergência que viesse a afetar a defesa do Atlântico Sul.⁷

Latinoamericanos como Carlos Mastrorilli e Vivian Trias viam no quarteto da geopolítica brasileira – Travassos, Golbery, Teixeira Soares e Therezinha de Castro – os responsáveis pela influência da geopolítica na formulação das políticas brasileiras, que teriam como finalidade principal “envolver em suas redes o país portenho”.

Evidentemente outros autores nacionais poderiam ser mencionados, e que foram igualmente importantes. Dentre esses poderíamos ainda lembrar de Elyseo de Carvalho, Carlos Delgado de Carvalho, Lysias Rodrigues, Francisco de Paula Cidade, Leopoldo Nery da Fonseca, Octávio Tosta, Paulo Henrique Rocha Correa, etc.

O PERÍODO PÓS-85

A volta dos militares ao quartel não teve como contrapartida um refluxo das teorias geopolíticas. Curiosamente foi sob o governo de José Sarney que o projeto de maior impacto geopolítico das últimas décadas foi realizado. Trata-se do Projeto Calha Norte, cujo nome original é “Desenvolvimento e segurança ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas”, gestado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN).

⁷ Cf. Castro, “Antártica: assunto que renasce”, p. 100.

Enquanto isto se verificava na região norte do país, o Atlântico Sul e o Cone Sul passavam por outras situações, diametralmente opostas à primeira. Com a Argentina o Brasil firmou em 1986 os protocolos de integração que culminaram poucos anos depois, com a criação do Mercado Comum do Cone Sul – Mercosul, ampliado com a presença de Uruguai e Paraguai. No Atlântico Sul o Brasil liderou em 1986 a criação, no âmbito da ONU, da “Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul”, bloqueando a corrida armamentista nesta parte do mundo. Mas não se deveria confundir as coisas. Segundo comentários reproduzidos à época,

A questão da não-militarização do Atlântico Sul refere-se especificamente às atividades relacionadas às questões e interesses internacionais alheios aos da região, de maneira a não afetar de modo algum os programas de modernização e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas dos países da área. É importante, pois, que fique claramente entendido que o conceito de não-militarização da área por países a ela estranhos não pode ser confundido com o de desmilitarização de redução da capacidade de atuação militar dos países da região.⁸

Na realidade a situação não era contraditória. A situação interna e contexto internacional levavam a este tipo de comportamento do governo brasileiro na região sul. Ficava também, em função das conjunturas regionais e internacionais, aberta apenas uma grande frente que passaria a partir de então, a concentrar toda a atenção do governo brasileiro, ou seja, a região amazônica. O próprio Projeto Calha Norte já deixava antever a intenção de Brasília em se preocupar fundamentalmente com a grande floresta.

⁸ Cf. Resenha de Política Exterior do Brasil

Na Exposição de Motivos nº 18/85, datada de 19 de junho de 1985, o então Secretário Geral do CSN General de Brigada Rubens Bayma Denys, falava sobre a preocupação constante ao longo dos anos, das calhas dos rios Solimões e Amazonas e sua possibilidade de integração ao contexto nacional, já que havia muitas dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento daquela área. Falava sobre as pressões internacionais decorrentes da política brasileira do setor, que permitia a devastação das grandes florestas. Entre os diversos problemas da região destacava a existência de um imenso vazio demográfico, grande extensão de fronteiras pouco povoada, além da suscetibilidade da Guiana e do Suriname à influência marxista, colocando em risco a soberania nacional. Havia, portanto, necessidade urgente de proteger o território nacional, motivo pelo qual deveria ser implementado o Projeto Calha Norte (PCN).

No que consistia este projeto? Em síntese pode-se dizer que o PCN tinha preocupações com a criação de um território autônomo Yanomami, com a internacionalização da região, com o contrabando, e com o tráfico do epadu. Para resolver o problema o governo brasileiro deveria, portanto, adotar uma política mais ostensiva que o Tratado de Cooperação Amazônica, já que este não dava conta dos problemas lá existentes e que se tornavam a cada dia mais delicados. Em suma, proteger a Amazônia significava reforçar as fronteiras, com cinco países, ao longo de 6,5 mil quilômetros, instalando pelotões em áreas estratégicas, visando mostrar a disposição que o governo tinha em estar presente nesta área tão sensível.

Foram selecionados seis trechos preferenciais de atuação, sendo que os quatro seguintes eram prioritários:

1. trecho caracterizado pela presença dos índios Yanomami, no noroeste de Roraima e ao norte do estado do Amazonas, fronteira com

- a Venezuela;
2. trecho do Alto Rio Negro, a noroeste do Amazonas, na fronteira com a Venezuela e a Colômbia;
 3. trecho ao norte e a leste de Roraima, fronteira com a Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana;
 4. trecho do Alto Solimões e Alto Traíra, fronteira oeste do Amazonas com a Colômbia⁹.

O PCN surgiu portanto em função da incapacidade do TCA em dar respostas satisfatórias à proteção do país. Ou seja, inviabilizada a ação diplomática, partiu-se pois para a ofensiva militar, ainda que o PCN fosse dirigido por um civil como Andrea Calabi, então secretário do Tesouro do Ministério da Fazenda. Faziam parte do PCN as seguintes instâncias: Ministério da Marinha, Ministério da Aeronáutica, Ministério do Exército, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Interior.

O que se veria, entretanto, com o transcorrer dos anos, é que a falta de recursos acabou inviabilizando o projeto como inicialmente fora concebido. Praticamente paralisado durante algum tempo na década de 90, várias vezes houve a promessa de reativação do PCN, obtendo novo fôlego nos anos mais próximos, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre as promessas do presidente para o Norte do país estavam: construir imediatamente a hidrovía Araguaia-Tocantins, beneficiar as reservas extrativistas, ênfase na questão ambiental, demarcar terras indígenas e asfaltar a rodovia Santarém-Cuiabá e 400 quilômetros da Transamazônica.

⁹ Cf. Presidência da República – *Segurança e desenvolvimento ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas – O Projeto Calha Norte*.

Neste interim, o Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM), já estava, também, em pleno andamento.

As finalidades deste são as seguintes: vigilância ambiental ; proteção aos vôos, com controle do tráfego aéreo; controle de tráfico de drogas; realizar mapeamento das queimadas e da floresta; coletar dados via satélite. Para dar conta dessas tarefas, o equipamento necessário era constituído dos seguintes aparelhos: 17 radares fixos e 6 móveis, sendo 5 aerotransportados em aviões Brasília, com o montante de recursos estimado em 1,5 bilhão de dólares.

Ao longo do tempo, todavia, apesar das pressões sobre a região amazônica, e as incontáveis denúncias de falta de cuidados com a área, mesmo o SIVAM caminhou a passos mais lentos do que o esperado, principalmente ocasionada pela incapacidade de repasse de recursos financeiros suficientes para implementar o projeto. Alie-se a isto as várias denúncias de irregularidades sobre o andamento do próprio projeto.

No quadro mais amplo não se pode, ainda, esquecer o fato de que em 1996, pela primeira vez em sua História, o país elaborou um documento intitulado “Política de Defesa Nacional”, e que culminou com a criação do próprio Ministério da Defesa em 1999, que teve como titulares até o momento dois civis no seu comando.

No que consiste o documento da PDN? Após fazer uma análise da conjuntura internacional, considerando a existência de locais de conflitos e que os países continuavam a exercer políticas de poder, fez-se a seguinte avaliação: há um quadro de incertezas que marca o contexto mundial, fazendo com que a defesa mereça cuidado de todos os países do planeta. Embora a América do Sul seja considerada a região mais desmilitarizada do globo, nem por isso essa preocupação não se faz presente. Segundo a PDN “no âmbito regional, persistem

zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados que atuam em países vizinhos nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação”¹⁰. Por isso, estabeleciam-se, entre as diretrizes governamentais, algumas linhas centradas em : contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional; proteger a Amazônia brasileira, com apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar; priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteiras, em especial nas regiões norte e centro-oeste.¹¹

Seguida pela criação do Ministério da Defesa, esta veio para dar conta principalmente da questão amazônica, e para resolver outro problema que sempre afligiu o governo: a inexistência de uma instância que pudesse planejar de maneira uniforme uma política nacional no setor. O antigo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) era um ministério inter-forças, portanto incapaz de resolver as constantes disputas entre as três armas, dificuldade que agora – apesar de continuarem as divergências entre os comandos, por exemplo, para ver quem controlava o uso de equipamentos de asa fixa – deixaria de existir, com um comando unificado.

A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Se é possível entender como normal o uso de conceitos e de elementos da geografia na elaboração das políticas domésticas, nem

¹⁰ Cf. Presidência da República – “A política de defesa nacional”, p. 10.

¹¹ Cf. Presidência da República – “A política de defesa nacional”, p. 13-14.

sempre a menção da palavra geopolítica atrai simpatias quando se fala em termos da formulação e implementação da política externa de qualquer país.

Este aparente paradoxo é fácil de se compreender. Dificilmente governantes, planejadores, economistas e geógrafos pensariam em formular qualquer tipo de política, privilegiando a agricultura ou a industrialização, sem levar na devida conta as variáveis ambientais, incluindo desde o clima, o solo, a vegetação, a população, a urbanização e os recursos naturais de um país em seus cálculos. É desta forma que agem nações como a Argentina, os Estados Unidos, o Japão, ou a França e a Grã-Bretanha. Portanto, nada mais natural que no Brasil os responsáveis pelas políticas nacionais raciocinassem e operassem sob ótica semelhante.

Por isso, a partir de 1972 foram criados no país os Corredores de Exportação e Abastecimento (CEAs), propostos pelo Banco Central. Segundo o conceito então utilizado, os CEAs

se constituem em segmentos do sistema de transportes, ligando áreas ou pólos, entre os quais ocorre, ou deverá ocorrer, em futuro próximo, intercâmbio de mercadorias de densidade tal, que justifique a adoção de modernas tecnologias de manuseio, armazenagem e transportes, tendo-se em vista, principalmente a granelização. Esses corredores necessitam de aplicações intensivas de capital, mas ao mesmo tempo, proporcionam reduções significativas nos custos de transferência de mercadorias¹²

Os CEAs, porém, não obedeciam a critérios estritamente geopolíticos; eles foram pensados, planejados e executados de acordo com critérios econômicos, aproveitando a infra-estrutura existente e

¹² Cf. Barat – “Corredores de transportes e desenvolvimento regional”, p. 302

levando em consideração os recursos ambientais. Os Corredores de Exportação, portanto, nada tinham a ver com as teorias geopolíticas seja de Mário Travassos, seja de Golbery do Couto e Silva, mas obedeciam, tão somente, a princípios de racionalidade econômica, utilizando a malha viária já existente para atingir os objetivos desejados.

A ligação do território já tentada várias vezes, inclusive com uma infinidade de propostas de construção de sistemas viários (ferroviários e rodoviários), nunca foi esquecida, fato que pode ser observado em diversas oportunidades nos anos mais recentes, por exemplo com o Projeto de Integração Nacional (PIN), com o Projeto Rondon, ou com rodovias mal sucedidas, como a Transamazônica ou a Perimetral Norte, esta última pretendendo ligar desde o Atlântico até as Guianas, para ter acesso ao Caribe, com uma extensão de 4.650 km.

Como essas políticas se dão em âmbito doméstico não criam animosidades com os países vizinhos, que se comportam de maneira parecida em suas questões internas.

O mesmo, contudo, não pode ser dito ou entendido quando as políticas de um país grande como o Brasil são materializadas junto às fronteiras, não importando suas finalidades, se agrícolas, educacionais, econômicas, com fins militares, como o Projeto Calha Norte, ou mesmo o uso de recursos naturais compartilhados, exemplificado pelas águas do Rio Paraná. Daí as tensas divergências em torno da construção da barragem de Itaipu que teria, segundo os vizinhos, objetivos geopolíticos, falando-se na época até em inundações de terras argentinas no caso de conflitos envolvendo os dois países.

No período pós-64 muito se escreveu sobre o papel hegemônico e imperialista que o Brasil estaria exercendo no continente latino-americano. Esta literatura tem-se verificado tanto no plano interno

quanto no externo, seja na América Latina (mais precisamente na Baía do Prata), seja nos Estados Unidos ou ainda na Europa.

Tais manifestações não são sequer recentes. Elas sempre se fizeram presentes na região. Juízos deste porte, vindos dos países vizinhos, são perfeitamente compreensíveis se lembrarmos a formação dos Estados nacionais latino-americanos, desde o longínquo Tratado de Tordesilhas, em 1494.

Os inúmeros conflitos verificados entre os países vizinhos, como os embates entre o Equador e o Peru¹³, e a Argentina discutindo com o Chile a posse do Canal de Beagle¹⁴, - apesar de já terem chegado a acordos - são apenas alguns dos exemplos que poderiam ilustrar a contento, que a formação dos territórios latino-americanos ainda enfrenta turbulências¹⁵.

Para os geopolíticos esta é uma verdade irrefutável, já que considerando as fronteiras como linhas passíveis de serem empurradas ora para lá, ora para cá, os Estados poderão naturalmente ser ampliados. Claro que em detrimento de outros mais fracos, afinal esta é a lógica do raciocínio geopolítico.

Pelo Tratado de Tordesilhas, sabe-se muito bem, o Brasil não teria sequer sua Capital Federal onde está hoje, bem no coração do Planalto Central. Nem teria sob seus domínios grande parte da Bacia Amazônica, além de estar longe da Baía do Prata.

A extensão geográfica brasileira, correspondendo a metade da América do Sul, com uma população que equívale a de todos os outros países juntos assustava esses vizinhos, convertendo-se em ameaça

¹³ Cf. Madalengoitia - "Los mecanismos de resolución en el caso Peru-Ecuador, 1981".

¹⁴ Cf. Guglielmelli - "Beagle - acordo direto ou dialogo das armas".

¹⁵ Cf. Somavia - "Notas sobre conflictos fronterizos y zonas de paz".

continental. Pelo menos esta era a perspectiva apresentada pelos geopolíticos da região que viam, no país do Atlântico, um parceiro a ser encarado com reservas. Em nenhum momento as nações latino-americanas jamais se esqueceram do processo pelo qual resultou o atual território nacional. O grande medo era que um dia tal fato voltasse a se repetir.

É interessante ressaltar, em primeiro lugar, que as censuras ao Brasil, por seu pretenso papel imperialista, provinham quase que exclusivamente da Argentina, justamente o país que disputava com o Brasil a supremacia regional. Ainda que isto não fosse dito explicitamente, porque invalidaria seu discurso, este fato era uma verdade incontestável. O que talvez os geopolíticos argentinos ignorassem, é que no seio das Forças Armadas brasileiras julgava-se que a Argentina há muito havia perdido a corrida pela liderança continental.

Além do país portenho críticas esparsas eram levantadas no Uruguai, no Paraguai e na Bolívia. Os demais países apresentavam esse tipo de inquietação, mas em escala menos acentuada. Mesmo no Paraguai apenas o ex-deputado opositor Domingo Laino (durante um tempo exilado no Brasil) dedicava-se a tecer comentários desta natureza. O que aliás lhe trouxe alguns dissabores, ao ser detido no aeroporto de Congonhas (São Paulo), vindo de Assunção, em abril de 1980, justamente para lançar seu livro em português, condenando a política brasileira. Por suas críticas, tinha sido já visto como *persona non grata* pelo governo brasileiro desde sua visita ao país em novembro de 1979¹⁶.

As ressalvas à atuação brasileira eram extremamente variadas, e percorriam caminhos que iam desde a construção de usinas hidroelétricas

¹⁶ Cf. *Folha de S. Paulo*, 11.04.1980, p. 6

tricas, reforço militar e instalação de emissoras radiofônicas junto às fronteiras, política deliberada de envio de colonos aos seus países (no caso do Paraguai), assistência médica e escolar aos seus habitantes (com ensino em português, no caso boliviano), a abertura de estradas de ferro e rodovias, tentando atrair para a órbita brasileira, países menores como o próprio Paraguai e a Bolívia¹⁷. Consideravam-se, ainda, como tentativas de domínio continental, o aumento da população, o crescimento do Produto Nacional Bruto, a indústria bélica e as forças armadas, entre dezenas de outras acusações.

Comportamento crítico era adotado, por exemplo, pela Venezuela durante reunião convocada pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina (anexo à Universidade Simon Bolívar), sobre o Plano de Desenvolvimento da Bacia do Prata, proposto pelo Brasil àquele país e mais cinco Estados da região (Bolívia, Equador, Colômbia, Guiana e Suriname). Ao saber que o projeto fora aprovado pelos demais países, a Venezuela “tomada de surpresa” tornava visível sua hostilidade, denunciando o expansionismo brasileiro¹⁸.

Vivian Trias, após estimar que a literatura histórica e política de origem argentina anti-lusitana e anti-brasileira era bastante extensa e um copioso “embarras de riqueza”, apontava porque na América Latina havia freqüentemente uma atitude hostil ante o Brasil.

Em primeiro lugar, o expansionismo insaciável lusitano e brasileiro, impenitente devorador de territórios alheios; em segundo lugar, o fato de o Brasil ter sido, por muito tempo, a única monarquia escravagista em um continente republicano, que aboliu cedo a escravidão. Por último, mas não menos importante, o Brasil desempenhou um papel subimperial a serviço do Império Inglês no século XIX e conver-

¹⁷ Cf. Tambs – “Fatores geopolíticos na América Latina”, p. 54-55.

¹⁸ Cf. *Folha de S. Paulo*, 20.09.1977, p. 7

teu-se freqüentemente em um poder contra-revolucionário sempre alerta para reprimir os movimentos populares e nacionalistas dentro e fora de suas fronteiras ¹⁹.

Na ótica geopolítica, a história brasileira se caracterizou, todo o tempo, por ser expansionista, ora pela política colonial das entradas e bandeiras, ora pela ocupação de territórios no período imperial, com posterior negociação na República, quando praticamente todos os problemas fronteiriços do Brasil foram solucionados²⁰. Mas isto não impedia que no Brasil, pensavam os geopolíticos estrangeiros, e mesmo nacionais, fossem revividas teorias expansionistas.

Em parte os autores latino-americanos tinham razão. Não eram poucas as obras que pregavam abertamente a ampliação do território nacional, pela aquisição pura e simples, ou pela conquista pacífica, via colonização e aumento de influência.²¹

Por este motivo, as abordagens latinas que se referem ao Brasil como as de Pedro Martinez, Raul Botelho Gosalvez, Miguel Angel Scenna e outras, após efetuarem cuidadoso estudo sobre as origens e ampliação do território nacional, tentando indicar que esta era uma vocação natural do Brasil, invariavelmente acabavam desembocando nas teorias dos autores mencionados no início deste texto.

As condenações sempre existiram, mesmo no período pré-64. Mas o que se verificava imediatamente após, é que com a ascensão do estamento militar ao aparato de Estado, com elementos egressos da ESG ocupando cargos importantes junto ao governo castrense, como

¹⁹ Cf. Trias – “Brasil-Argentina, clave de la integración iberoamericana: dependiente o liberadora?”, p. 105-106.

²⁰ Cf. Tulchin – “Una perspectiva histórica de la política argentina frente ao Brasil”, p. 479.

²¹ Cf. Meira Mattos – “O pensamento estratégico brasileiro. Projeções das influências da nossa continentalidade”; Correa – *O Brasil e as Guianas*.

Golbery do Couto e Silva, toda a política governamental não era vista senão como mero reflexo da doutrina esguiana de segurança e desenvolvimento²².

O livro-chave para as críticas era exatamente o de Golbery, tido como o grande responsável pela política de hegemonia no plano regional. A maior parte das censuras tomava como base o quarteto formado por Travassos, Golbery, Meira Mattos e Therezinha de Castro, cada um a seu tempo exercendo, segundo elas, de maneira extremamente eficaz o papel de divulgador da política de ampliação territorial.

Em seu ensaio, Trias chega a afirmar que Mário Travassos revive, de certo modo, o espírito bandeirante e continua na teoria a diplomacia expansiva do Barão do Rio Branco²³. No que encontra ressonância em grande parte dos geopolíticos latino-americanos.

Persistia a idéia fixa na América Latina de que o Brasil nunca se esqueceria de que um dia foi Império, e que este sonho seria uma vez mais ressuscitado. Eventualmente se isto acontecesse, raciocinavam os defensores deste ponto de vista, o novo Império brasileiro seria ampliado à custa de seus vizinhos. Roubando territórios, como costumavam enfatizar algumas visões geopolíticas.

Desta forma na Bolívia o general Antonio Roque Terán, ex-comandante em chefe do Exército daquele país, julgava que o Acre tinha sido roubado da Bolívia.²⁴ Como se alguém pudesse sair carregando um pedaço de terra debaixo dos braços, impunemente, escondido dos habitantes locais, na calada da noite.

²² Cf. Matellart – “Ideologia, informacion y Estado militar”, p. 51-66

²³ Cf. Trias – Brasil-Argentina, clave de la integracion liberoamericana: dependiente o liberadora?”, p. 115

²⁴ Apud Laino – *Paraguai – fronteiras e penetração brasileira*, p. 53.

Deixando de lado o caráter irônico da afirmação, este era um exemplo muito vivo de como se encarava sob a perspectiva geopolítica, o papel que o Brasil joga no continente. Isto é, de hegemonia, imperialismo e a serviço de uma grande potência, no caso os Estados Unidos.

Há autores que utilizavam, por exemplo, afirmações de um ou outro personagem brasileiro para corroborar quão visível era o espírito expansionista vigente na mentalidade nacional. Isto se verificara particularmente no assim chamado período do “milagre econômico”, em que os discursos apologistas faziam a exaltação do Brasil grande e forte.

Em parte, portanto, os representantes dos países latinos tinham razão, porque esta foi a tônica adotada em inúmeras obras que ressaltavam as virtudes territoriais do Brasil e seu destino de Grande Potência.

Diga-se, a bem da verdade que não foram poucos os discursos ufanistas pregando o destino manifesto do Brasil. Mesmo nos anos 80, em situação extremamente débil, havia quem apregoasse a visão do Brasil Potência ainda no século XX. A falta de bom senso e o desconhecimento da realidade por parte desses autores foram as causadoras da maior parte das condenações oriundas dos países vizinhos ao Brasil. Certamente que o fato de o território brasileiro ter-se ampliado, rompendo a linha divisória prevista pelo Tratado de Tordesilhas, era uma das razões de receio pelas nações latino-americanas.

Por esses motivos, qualquer interpretação que envolvesse o Brasil na região, tinha inevitavelmente uma introdução bastante crítica revelando como se constituiu o território e procurando fazer constar que esta sempre foi uma tendência brasileira cujo espírito expansionista esteve presente desde as entradas e bandeiras. Nos anos 70 e 80 enfatizava-se que o Brasil fazia a invasão pacífica em direção ao Su-

doeste e Oeste, que, diga-se de passagem, foi uma constante na política brasileira²⁵.

Em alguns setores da própria imprensa brasileira considerações nesta direção também eram realizadas. Chegou-se a comentar, inclusive, em um possível pacto abrangendo as elucubrações de Golbery e as idéias tecnocráticas de Delfim Netto. Para Carlos Chagas, então no jornal *O Estado de S. Paulo*, estava em vias de se concretizar, em agosto de 1979, uma estratégia que se constituiria simultaneamente, em uma alternativa para solucionar a crise econômica, pela qual passava o país, servindo de roteiro para a retomada do desenvolvimento; e teria, ainda, fins geopolíticos, almejando ocupar espaços e seguir sua destinação natural, projetando-se regionalmente.²⁶

Posturas deste tipo todavia, necessitam ser vistas com reserva. Em primeiro lugar, pelo oportunismo freqüentemente demonstrado pelo ex-ministro junto ao estamento militar, nunca contrariando as decisões tomadas na esfera castrense. Em segundo lugar, porque as medidas no plano econômico não se identificavam em nada com as teorias geopolíticas, daí a ocupação desordenada do país, particularmente no Norte e no Centro-Oeste. Até pelo contrário, chocavam-se com as mesmas. Por último, Golbery do Couto e Silva, desde que assumira cargos no período pós-64, esqueceu-se completamente da geopolítica. Aprofundou-se tão somente no exercício do gosto pelo poder, sendo por esta razão chamado de “mago do governo”.

Deve-se considerar, ainda, as próprias visões que os chanceleres tinham a respeito da geopolítica, como se manifestavam Azeredo da

²⁵ Cf. Tulchin – “Una perspectiva historica de la politica argentina frente al Brasil”, p. 479-480; Tambs – *March to the west: a geopolitical analysis of Brazilian expansion*.

²⁶ Cf. Chagas – “Golbery e Delfim, o pacto inspirado pela geopolítica?”, p. 34

Silveira e Saraiva Guerreiro, inúmeras vezes. Assim se referia Azere-do da Silveira ao tema : “este negócio de geopolítica (...) não é a utilização do espaço para fins estratégicos? (Ela não tem finalidade) porque com o avanço científico, o espaço muda de dimensão”²⁷. Por seu lado Saraiva Guerreiro condenava a utilização, nas relações internacionais, de doutrinas espúrias.²⁸

Nos anos pós-64, na América Latina creditou-se à geopolítica tudo que foi formulado em termos de política externa brasileira. Exageros à parte pode-se, contudo, ressaltar alguns aspectos que foram realmente considerados. Com a ascensão de Humberto de Alencar Castelo Branco ao poder em abril de 1964, a Escola Superior de Guerra colocou no governo, através do presidente, vários de seus pares que se identificavam estreitamente com a doutrina da instituição. Em função disso o Brasil optou por enviar tropas comandadas pelo então coronel Carlos de Meira Mattos, como parte da Brigada Latino-americana em 1965 à República Dominicana. Mas isto foi feito dentro do espírito da guerra fria, do conceito de segurança coletiva que prevalecia àquela altura, de defesa do continente contra o que se consideravam “doutrinas nocivas”, e dentro do confronto Leste-Oeste. Mas o mesmo comportamento não se verificava nos governos seguintes, já que Arthur da Costa e Silva e Emilio Garrastazu Médici nada tinham de identificação com a doutrina esguiana e preferiram pensar o país no sistema internacional sob outra perspectiva, embora se falasse no Brasil Potência. Mas esse sonho no governo Médici era calcado nos indicadores econômicos, com os cofres nacionais abastecidos pelas finanças internacionais, com o “milagre econômico”, pela euforia da con-

²⁷ Cf. Resenha de Política Exterior do Brasil, p. 94-95

²⁸ Cf. O Estado de S. Paulo, 30.11.1980, p. 14.

quista da Copa do Mundo em 1970, pelos projetos de impacto como a Transamazônica e pelas músicas enaltecendo o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização escritas por Don e Ravel e o projeto de Brasil Potência.

Mesmo com o retorno de um esguiano ao governo, no caso Ernesto Geisel, os princípios geopolíticos continuaram relegados a plano secundário, embora se construísse Itaipu, uma necessidade imperativa, como se constataria depois. Mas a política externa brasileira nada apresentou de influência conceptual geopolítica, mesmo porque era orientada pelos princípios do pragmatismo responsável, uma política que não via inimigos, mas sim aliados, e não se preocupava com ideologias, mas sim com mercados. Por isso, contrariando setores mais duros da instituição militar, Geisel reconheceu os países marxistas recém-libertados do jugo lusitano, Moçambique e Angola – este situado do outro lado do grande lago Atlântico – além da China Continental. E diversificou-se a dependência até então praticamente restrita à influência norte-americana, em visitas à França, à Grã-Bretanha, à República Federal da Alemanha e ao Japão, realizando com o governo alemão, o Acordo Nuclear de 1975, visando a transferência desse tipo de tecnologia para o Brasil; votou contra os Estados Unidos na ONU em 1974, considerando o sionismo como forma de racismo, e denunciou em 1977 o Acordo Militar vigente com os Estados Unidos desde 1952, em função das críticas feitas pelo presidente Jimmy Carter à política de Direitos Humanos no Brasil.

No governo Figueiredo, novamente longe da ESG, a política externa continuou trilhando seus caminhos desta vez sob o nome de pragmatismo ecumênico.

De qualquer forma várias medidas tomadas nos governos militares tiveram inspirações geopolíticas. No final dos anos 60 e na década

de 70, por exemplo, discutiu-se muito a construção de um acordo militar abrangendo os países do Cone Sul. Como já pude discutir em texto anterior, tal pacto se tornava inútil e difícil de ser operacionalizado²⁹. Em primeiro lugar porque teria que envolver não só brasileiros, uruguaios e argentinos, mas também a África do Sul, do outro lado atlântico, o que era inviável já que significaria colocar do mesmo lado um país que sofria pesadas críticas internacionais, inclusive brasileiras, por seu apego à política discricionária. Em segundo lugar porque tal pacto anticomunista apenas teria sentido se fosse dirigido contra a presença de um inimigo no Atlântico Sul, que só poderiam ser os soviéticos. Nessas condições, contudo, as forças sul-atlânticas não teriam capacidade, nem seriam suficientes para combater oponente de tal porte. Como se sabe, a área do Atlântico Sul é de influência norte-americana e, nesse caso, qualquer presença hostil à região demandaria a presença dos Estados Unidos e possivelmente da OTAN, tornando desnecessárias quaisquer articulações regionais sul-atlânticas.

No sul do país, após a resolução do contencioso com Itaipu as fronteiras meridionais deixaram de ser problema, ao contrário do Norte. Foi esta parte do território que, a partir dos 70, passou a assumir importância cada vez maior, ao mesmo tempo que amenizava a situação na região sul.

Com as críticas à depredação do meio ambiente, a Amazônia tornou-se alvo, segundo o governo brasileiro, da cobiça internacional, de interesses estrangeiros, fazendo com que Brasília passasse a dedicar atenção crescente às grandes florestas. O próprio Tratado de Cooperação Amazônica firmado em julho de 1978 com outros sete países

²⁹ Cf. Miyamoto – “O Brasil e o Pacto do Atlântico Sul”.

já tinha conotações claras de proteção da região contra interesses externos.

Mas não eram só a questão ambiental e a internacionalização da Amazônia que preocupavam os militares brasileiros. Havia sido introduzido um novo elemento complicador com a ascensão do coronel Desi Bouterse ao governo do Suriname em 1980. Dizendo-se simpatizante da causa marxista e recebendo sinais de Fidel Castro, e mesmo de Muamar Al Kadhafi, o homem forte de Paramaribo passou a preocupar o governo brasileiro. Tanto o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, quanto o general Danilo Venturini, então chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, e Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, foram deslocados para o Suriname para negociar com Desi Bouterse. E o fizeram com tal sucesso que esse último não apenas rompeu os acordos firmados com Fidel Castro, como realizou outros com o governo brasileiro.

PERSPECTIVAS DA GEOPOLÍTICA DO BRASIL

Qualquer país, independentemente de seu tamanho, população e recursos naturais, preocupa-se com sua segurança. Na medida do possível, maximizam seus poderes, e estruturam políticas de defesa as mais adequadas possíveis, consoante suas necessidades e seus recursos.

Para um país com as dimensões do Brasil as inquietações geopolíticas e estratégicas fazem parte do cotidiano governamental. Desde a mudança da Capital Federal que já era pensada por José Bonifácio em 1823, à proteção dos 15 mil quilômetros de fronteiras terrestres e os cuidados com os 7.500 quilômetros de linhas costeiras, a ocupa-

ção do amplo espaço territorial, a necessidade de preservar e de cuidar de seu patrimônio ambiental levam à necessidade de estar atentos a quaisquer acontecimentos que possam se converter em risco e colocar em perigo a soberania nacional.

Assim, apesar dos processos de integração regional, iniciados com a Argentina em 1986 e aprofundados em 1991 com a construção do Mercosul, nem por isso as preocupações com as questões militares deixaram de existir. Por isso, também, considerando o mundo regido por regras imprecisas e muito cambiantes, no contexto que se convencionou chamar globalizado, as políticas de defesa e segurança jamais deixaram de fazer parte do planejamento governamental. Se bem que tenha havido tropeços e avanços no processo de integração regional nos planos político e econômico, nem assim a equivalente militar apresentou semelhante ritmo. Embora tenham ocorrido exercícios conjuntos, trocas de experiências entre os ministérios militares e o aumento relativo do grau de confiança recíproco, preservou-se o direito até agora de cada um pensar e implementar suas estratégias de maneira individualizada, levando-se em consideração suas características e interesses geopolíticos.

Nesse quadro a segurança do território será um tema a readquirir força para os próximos anos. Não amparada no velho binômio segurança e desenvolvimento do período militar, onde tudo girava em torno do primeiro elemento, mas revestido de novas roupagens e perante outra conjuntura. Isto se deve fundamentalmente à variáveis externas, como os atentados ocorridos em 11 de dezembro de 2001 nos Estados Unidos.

Além das pressões costumeiras que o governo deverá continuar enfrentando por causa da questão ambiental – a segurança ecológica – nova investida será feita no sentido de neutralizar possíveis grupos

hostis que possam utilizar métodos não convencionais de ação, junto às fronteiras, principalmente no Cone Sul, mais propriamente na trílice fronteira argentino-paraguaio-brasileira. Desde os anos 90, quando ocorreram atentados contra a Argentina, já havia denúncias da existência de grupos extremistas identificados como os do Hezbollah, mas às quais o Brasil não delegava importância maior. O contrário agora se sucede, com o governo considerando que todos podem se converter em alvo. Dessa forma haverá reforço maior das fronteiras, não apenas por intermédio das Forças Armadas, mas sobretudo envolvendo o Ministério da Justiça através da Polícia Federal, em estreita colaboração com as congêneres dos países vizinhos.

NOTA FINAL

Como vimos ao longo dos parágrafos anteriores, a história da geopolítica no país não é recente. Data de pelo menos um século, e, ao contrário do que muitos pensam, o Brasil foi um dos pioneiros neste campo de estudos. Contam-se às centenas o número de textos produzidos abarcando os mais diferentes aspectos da realidade brasileira. Como procuramos mostrar, ainda que de maneira muito sucinta, alguns temas e regiões – devido às próprias características do país, e pelas conjunturas nacional, regional e internacional – sempre foram privilegiados pelos estudiosos e geopolíticos brasileiros.

Com o avançar das décadas os receios do governo com o sul/sudeste do país foram sendo gradativamente deslocados em direção às grandes florestas, continuarão a merecer atenção nos próximos anos. Desnecessário dizer os motivos, embora possamos apenas lembrar as riquezas da floresta tropical, detentora de pelo menos metade

da variedade da fauna e da flora existentes no planeta e alvos declarados da cobiça externa.

Para os geopolíticos brasileiros, não é só a região amazônica que deve ser alvo de atenção, mas todo o território em conjunto. Daí, as preocupações não só com as potencialidades, mas também com o parque industrial e o setor energético.

Estas notas procuraram, enfim, contribuir para fornecer alguns elementos para os interessados na geopolítica do Brasil, e que têm à disposição inclusive textos de outros grandes estudiosos sobre o assunto no país, como o próprio ensaio recente do general Carlos de Meira Mattos³⁰.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACKEUSER, Everardo – A estrutura política do Brasil. Notas prévias. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mendonça & Machado, 1926.
- BARAT, Josef – “Corredores de transportes e desenvolvimento regional”. Pesquisa e Planejamento Econômico, 2 (2), dez/ 1972, p. 301-338.
- CASTRO, Therezinha de – “Antártica: assunto que renasce”. Cultura Militar, XXII (218), 2º sem/1971, p. 91-103.
- CASTRO, Therezinha de – Rumo à Antártica, 1ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1976.
- CHAGAS, Carlos – “Golbery e Delfim, o pacto inspirado pela geopolítica?”. O Estado de S. Paulo, 21.08.1979, p. 34.
- CORREA, Paulo Henrique Rocha – O Brasil e as Guianas, 1ª edição. Catanduva/SP: Ibel, 1965.

³⁰ Cf. Meira Mattos – “A geopolítica brasileira : predecessores e geopolíticos”.

- COUTO E SILVA, Golbery do – Conjuntura política nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil, 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.
- GUGLIALMELLI, Juan Enrique – “Beagle – acordo direto ou diálogo das armas”. O Estado de S. Paulo, 17.09.1978, p.214 e 193
- LAINO, Domingo – Paraguai – fronteiras e penetração brasileira. 1ª edição. São Paulo: Global Editora, 1979.
- MADALENGOITIA, Laura – “Los mecanismos de resolución en el caso Peru-Ecuador-1981”. Texto apresentado ao Seminário sobre ‘Zonas de Paz; hacia una alternativa de seguridad regional para América Latina’, realizado em Santiago de Chile, de 5 a 7 de junho de 1985, mimeo.
- MATTELART, Armand – “Ideologia, información y Estado militar”, in Comunicación y ideologias de la seguridad. 1ª edição. Barcelona: Editorial Anagrama, 1978.
- MEIRA MATTOS, Carlos de – Projeção mundial do Brasil, 1ª edição. São Paulo: Gráfica Leal Ltda, 1960.
- MEIRA MATTOS, Carlos de – A geopolítica e as projeções do poder. 1ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.
- MEIRA MATTOS, Carlos de – “O pensamento estratégico brasileiro. Projeções das influências da nossa continentalidade”. Política e Estratégia, I (1), out/dez. 1983, p. 177-185.
- MEIRA MATTOS, Carlos de – “A geopolítica brasileira : predecessores e geopolíticos”. Revista da Escola Superior de Guerra, XVII (39) , 2000, p. 58- 82.
- MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – Resenha de Política Exterior do Brasil, nº 19, 1978.
- MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – Resenha de Política Exterior do Brasil, 1986. Número especial sobre “Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul”.

- MIYAMOTO, Shiguenoli – “O Brasil e o Pacto do Atlântico Sul”.
Revista de Cultura Vozes, 79 (4), maio/1982, p. 20-30.
- MIYAMOTO, Shiguenoli – Geopolítica e poder no Brasil. 1ª edição.
Campinas: Papirus Editora, 1995.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Segurança e desenvolvimento ao
norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas – O Projeto Calha
Norte. Brasília: SG/CSN, 1985.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – “Documento sobre Política de
Defesa Nacional”. Parcerias Estratégicas, 1 (2), dez/1966, p. 7-15.
- SOMAVIA, Juan Carlos – “Notas sobre conflictos fronterizos y zonas
de paz”. Texto apresentado ao seminário sobre ‘Zona de Paz: al-
ternativas de seguridad para América Latina’, realizado em Santi-
ago do Chile, de 5 a 7 de junho de 1985, mimeo.
- TAMBS, Lewis - March to the West: a geopolitical analysis of Brazi-
lian expansion. PhD. Dissertation, Santa Barbara, Universidade
da Califórnia, 1967, mimeo.
- TAMBS, Lewis – “Fatores geopolíticos na América Latina”. A Defesa
Nacional (679), set/out 1978, p. 45-62.
- TEIXEIRA SOARES, Álvaro – História da Formação das Fronteiras
do Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editó-
ra, 1973.
- TRAVASSOS, Mário – Projeção continental do Brasil, 4ª edição. São
Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.
- TRIAS, Vivian - Imperialismo y geopolítica na América Latina, 1ª
edição. Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez, 1969.
- TRIAS, Vivian – “Brasil-Argentina, clave de la integración iberoame-
ricana: dependiente o liberadora?”. Nueva Sociedad, (45),
nov/dez.1979, p. : 104-126.
- TULCHIN, Joseph – “Una perspectiva histórica de la política argenti-
na frente al Brasil”. Estudios Internacionales (52), out/dez.1980,
p. 460-480.